

# As causas de amor dos constituintes

RUBENS ARAUJO e  
RUI NOGUEIRA  
Da Editoria de Cultura

Há dois ou três assuntos que deixam qualquer parlamentar constrangido, independente da ideologia. Eles não gostam, por exemplo, de falar em jetons e mordomias e muito menos em ausência de plenário. Agora, com a instalação da Constituinte, para se ter um parlamentar constrangido basta apenas perguntar qual é o lobby que ele defende. A maioria considera a pergunta uma ofensa e essa palavrinha de origem inglesa, que significa em português corredor, soa aos políticos como um palavrão. Lobby para alguns é sinônimo de corrupção, prática execrável. Na origem, a palavra não significa nada disso. Logo, devem ter feito um mau uso do lobby para que, na prática, ele tivesse essa conotação. Como toda a regra tem exceção, é possível encontrar também no Congresso parlamentares que vêem no lobby uma prática democrática de pressão e de defesa de interesses legítimos. Para estes, o melhor exemplo é o lobby tal qual é praticado nos Estados Unidos, onde é legalizado.

"Execrável" para uns, "democrático" para outros, o lobby, ensina o mestre Aurélio com neutralidade política, "significa a pessoa ou grupo que, nas ante-salas do Congresso, procura influenciar os representantes do povo no sentido de fazê-los votar segundo os próprios interesses ou de grupos que representam".

Mestre Aurélio está mais que certo. O que não faltam, já nestas primeiras semanas da Constituinte, são lobistas trombandos pelos corredores do Congresso Nacional, invadindo a praia dos parlamentares e defendendo, com unhas e dentes, idéias, leis e princípios que querem ver discutidos em plenários e, se possível, glória suprema transformados em lei. Para isso é preciso trabalhar duro e às vezes 24 horas por dia.



As Forças Armadas, por exemplo, dão nos corredores do Congresso, uma mostra da tenacidade, da disciplina e do espírito prático com que nos quartéis os seus "homens" são trelnados. Dezenove "assessores", como eles são chamados, cercam a todo instante os parlamentares, dentro e fora dos gabinetes, lembrando que a próxima Constituição deve manter o papel das Forças Armadas de "garantir a segurança interna e externa do País". Há outro grupo de militares também fazendo o seu lobby, mas numa direção um pouco oposta: eles lutam pela anistia ampla para todos os que foram exonerados por motivos políticos logo depois do golpe de 64.

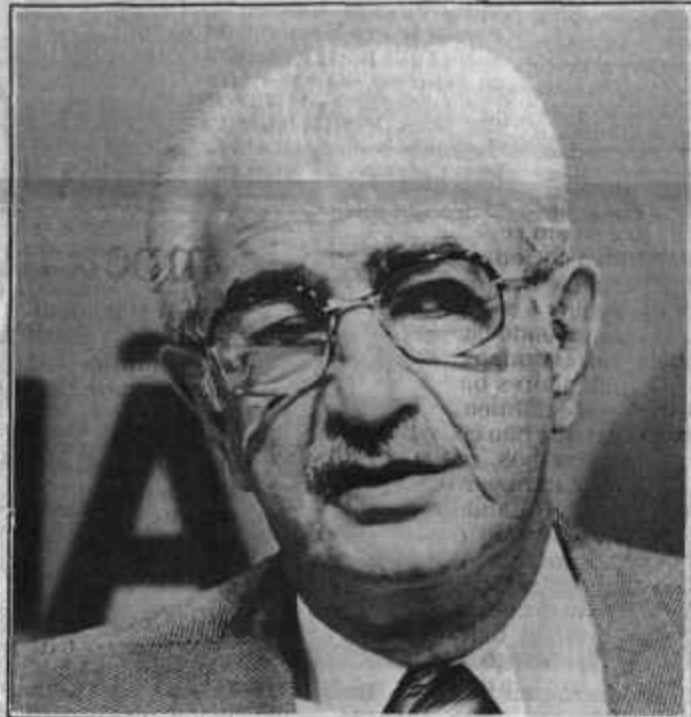
Se o lobby dos militares merece respeito, o da Igreja não fica atrás. O "lobby santo", como é conhecido nos corredores do Congresso Nacional, tem até uma agência de notícias à disposição. A Igreja, que tradicionalmente cuida do espírito, tem muitos interesses materiais a defender e por isso há um bom grupo de parlamentares cuidando de assuntos como liberdade religiosa, proibição do crescimento das seitas "estranhas", planejamento familiar, campanha contra a AIDS, fim do divórcio, a proibição completa do aborto, a volta do ensino de religião às escolas públicas de 1º e 2º graus, moral e bons costumes e até liberdade sindical, direitos humanos, reforma agrária e reforma econômica. O lobby, tal como a própria Igreja, também está dividido em parlamentares mais conservadores que defendem as teses de caráter moral, e os parlamentares progressistas mais identificados com o lado social e político do clero brasileiro.

**UDR e BARBEIROS**  
Tão forte quanto o lobby militar e o da Igreja, e com muito mais dinheiro para levar a tarefa do convencimento à frente, só o grupo de pressão dos empresários, entrenchados na UBE — União Brasileira das Empresas, e dos fazendeiros, que têm na UDR — União



● O deputado Carlos Sant'Anna representa o maior de todos os lobbies dentro da Constituinte: o lobby do Governo. Uma tarefa fácil segundo ele. Basta ser fiel ao partido, ao PMDB, à Nova República e ao Governo. Ele jura que tem fidelidade suficiente para todos.

● Os barbeiros querem a profissão regulamentada e têm no senador Jamil Haddad, do Partido Socialista do Rio de Janeiro, o defensor número um. Bigode o senador tem, o cabelo já começa a cair, mas ainda existe o suficiente para justificar a defesa da causa.



Democrática Ruralista — o porta-voz de maior poder de fogo. Os empresários desconfiam dos rompantes de audácia da esquerda do PMDB, PT e PDT, e temem que a futura Constituinte possa fazer qualquer restrição ao que eles mais prezam e veneram, às vezes, com razoável dose de fanatismo, "a litvre iniciativa".

Do lado da UDR, há muitos interesses a defender dentro da política agrícola, mas o tom mais forte do discurso bate sempre na mesma tecla: barrar "essa Reforma Agrária que aí está". A Reforma Agrária para substituir "a que aí está" nem eles sabem muito bem qual seria mas, nas conversas de cafezinho, onde tudo é falado com mais descontração e, de um modo geral, com mais sinceridade, bom mesmo seria não ter Reforma Agrária alguma.

O ventre do Congresso Nacional tem espaço para filhos de outros lobbies estranhos, como o dos engarrafadores da Coca-Cola e, acredite se quiser, o dos barbeiros. Bem trajados, cabelos e mão bem cuidados, — não poderia ser de outro jeito — os libistas dos barbeiros circulam com total desenvoltura pelos corredores do Congresso pedindo, com modéstia, bem menos que uma Constituinte. Eles querem apenas que o Congresso aprove uma lei ordinária para terem, finalmente, a profissão regulamentada. Se não são os autores do argumento mais convincente, são, sem dúvida, os que tiveram o argumento mais original.

Para sensibilizar os parlamentares, usaram a imagem do presidente da República, José Sarney, na opinião deles "o Presidente mais bem penteado de todos os tempos, com o bigode mais bem aparado do País e as mãos mais bem manicuradas". Com estes argumentos eles fizeram barba e bigode do senador Jamil Haddad, do Partido Socialista do Rio de Janeiro, que encampanou a bandeira da regulamentação da profissão de barbeiro, esteticista e companhia limitada. Jamil Haddad diz que não sabe da

existência do lobby dos barbeiros mas não nega que "fechou" com a categoria para que a profissão seja regulamentada. "A regulamentação", lembra o parlamentar do PSB, "foi até aprovada no Senado", a lei só não passou pelo crivo do "Presidente mais bem penteado de todos os tempos".

### GOVERNO

Mas todos os representantes dos grupos de pressão, juntos não somam nem metade dos parlamentares que o maior de todos os lobbies tem dentro da Constituinte: o lobby do Governo. Dele fazem parte todos os parlamentares eleitos em novembro pelo PMDB "confiável" e o PFL que quer continuar no poder. E um lobby bem organizado que tem até um chefe, o deputado Carlos Sant'Anna, para fazer a ponte entre o Legislativo e o Executivo. Uma escolha dentro do figurino, uma vez que Carlos Santana, do PMDB da Bahia, foi dos remadores de primeira hora no barco de Tancredo Neves, depois foi ministro da Saúde e sabe, melhor que ninguém, como funciona a máquina governamental. Eis o que ele pensa:

**CORREIO** — Qual foi o papel atribuído ao senhor, pelo presidente Sarney, na condição de líder do governo na Constituinte?

Carlos Sant'Anna — O papel de articular. Articular é um verbo e uma ação que pode ser tudo e não pode ser nada. Depende da pessoa que articula e das condições nas quais empreende a articulação.

**CORREIO** — O senhor está na Constituinte representando os interesses do Governo, é isso?

Carlos Sant'Anna — Eu disse quando aceitei a missão que teria que ser fidelíssimo — usei mesmo o superlativo — a três compromissos. O compromisso com o meu partido, que me elegeu deputado federal; o compromisso com os ideais da Nova República, que eu ajudei a sonhar, arquitetar e construir e o compromisso com a minha fidelidade ao Governo. De modo que espero desempenhar minha missão baseado nestas três fidelidades.

## Só não o faz quem já morreu

SERGIO CHACON  
Editor de Política

O lobby é um instrumento de poder, um testemunho de vitalidade e de democracia em qualquer sociedade. Ele só não existe nas sociedades fechadas, onde o conflito de grupo de classe é abafado pela repressão ou pelo domínio absoluto de determinada facção.

Embora no Brasil a palavra lobby comporte forte conotação pejorativa e seja em geral confundida com tráfico de influência, suborno ou coisa parecida, nas democracias ocidentais por lobby se entende qualquer ação ou iniciativa de determinado grupo de pessoas, instituição ou empresa no sentido de influenciar os centros de decisão em favor de suas próprias teses. Essa ação pode ser feita pelos próprios representantes

dos interessados ou por empresas especializadas na atividade. Quanto mais complexa, diferenciada e rica a sociedade onde ele se exerce, maior é a sua sofisticação.

O Governo brasileiro gasta anualmente alguns milhões de dólares para defender os interesses dos produtores de café, das empresas estatais e dos exportadores junto ao Congresso e o governo dos Estados Unidos. Não é segredo que o ex-embaixador norte-americano no Brasil, Anthony Motley, representa os exportadores brasileiros de caixotes e a indústria de informática, junto aos maiores compradores mundiais de produtos industrializados. O escritório de Motley, como os demais escritórios que prestam serviços ao Brasil, acompanham no governo e no Congresso dos EUA todos os assuntos de interesse de quem os paga promovendo encontros com pessoas influentes e encaminhando aos órgãos decisórios subsídios e informações sobre as consequências de qualquer medida que venha a ser tomada no campo econômico ou político.

O preço desse serviço é alto mas quem o paga nunca é pego de surpresa por decisões que afetem seus interesses e, não raro, tem condições de reduzir ou anular o impacto negativo dessas decisões.

A nível interno, o lobby é uma das atividades que mais cresce no país. Há 20 anos atrás, ele praticamente não existia. Hoje, apenas em Brasília cerca de 30 escritórios e empresas se dedicam a influenciar os centros de decisão. Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o setor praticamente explodiu.

Os sindicatos de trabalhadores, que até pouco tempo só se mobilizavam às vésperas de votações de projetos de seu interesse no Congresso, hoje dispõe de entidades como o DIAP, aqui instaladas, para acompanhar passo a passo as questões trabalhistas no Congresso e no Poder Executivo. As entidades patronais transformaram suas representações burocráticas em instrumentos de ação e de pressão sobre os ministros e os constituintes. Governos estaduais e prefeituras se instalam com esquemas agressivos para assegurar vantagens e verbas. Estatais como o Banco do Brasil e a Petrobrás se fazem presentes e atuantes no complicado jogo do poder.

Todos os setores vivos da sociedade descobrem que não basta ter eleito um deputado, encher a galeria do Congresso de manifestantes ou fazer uma passeata em frente ao Palácio do Planalto para assegurar seus interesses. Todo mundo faz lobby. Só não faz quem nada tem a conquistar ou defender. Só não faz quem já morreu e ainda não sabe.